



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3350

Presidente da Mesa Diretora: Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Não votados ou não tramitados

Autoria: Edmar Pereira Santos

Data: 25/07/1989

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/1989. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a alienação de bens móveis, imóveis e semoventes do município, ser dada através de leilão público, após distribuição pela Junta Comercial do Estado.

Controle Interno – Caixa: 26

Posição: 01

Número de folhas: 03

Espécie: PL
Categoria: Não votados
α: 26
Ordem: 01
nº fls. 02



Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM Nº _____ DATA ____/____/____	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
	ASSESSOR:
	PROJETO:
	NÚMERO:

Proj. Lei nº 5/N.

caixa

AUTOR: — Edmar Pereira Santos

ASSUNTO:
Alienação de bens Municipais (distri-
bução) pela Junta Comercial do Estado

MOVIMENTO

1 Recebido - 25/07/1989

2 ~~Aprovado~~ - 25/07/1989

3 não votado

4

5

6

7

8

9

10



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº _____

Dispõe sobre a alienação de bens municipais.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei :-

Art. 1º - A alienação de bens móveis, imóveis e semoventes pertencentes ao patrimônio deste Município, será realizada, exclusivamente, através de leilão público, após distribuição pela junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Sala das sessões, 25 de julho de 1989.


Edmar Pereira Santos

Vereador

JUSTIFICATIVA

O leilão público é incontestavelmente a forma mais democrática e transparente de licitação dos bens públicos, razão por que deve ser ela adotada pelo Poder Público em todos os níveis. Em Minas Gerais esta preocupação já ficou evidenciada através de Emenda apresentada pelo Deputado Eduardo Otoni ao projeto da nova Constituição do Estado, em fase de tramitação na Constituinte Mineira.



Câmara Municipal de Montes Claros

45

PROJETO DE LEI Nº _____

Dispõe sobre a alienação de bens municipais.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei :-

Art. 1º - A alienação de bens móveis, imóveis e semoventes pertencentes ao patrimônio deste Município, será realizada, exclusivamente, através de leilão público, após distribuição pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Sala das sessões, 25 de julho de 1989.


Edmar Pereira Santos

Vereador

JUSTIFICATIVA

O leilão público é incontestavelmente a forma mais democrática e transparente de licitação dos bens públicos, razão por que deve ser ela adotada pelo Poder Público em todos os níveis. Em Minas Gerais esta preocupação já ficou evidenciada através de Emenda apresentada pelo Deputado Eduardo Ottoni ao projeto da nova Constituição do Estado, em fase de tramitação na Constituinte Mineira.